



# OFICINA DO CES

**ces**

Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

**ANA OLIVEIRA**

**ESTUDOS FEMINISTAS:  
DISCIPLINA, CAMPO OU MÉTODO?**

**Junho de 2023  
Oficina n.º 464**

**Ana Oliveira**

**Estudos Feministas:  
disciplina, campo ou método?**

**Oficina do CES n.º 464  
Junho de 2023**

**OFICINA DO CES**

**ISSN 2182-7966**

**Propriedade e edição**

Centro de Estudos Sociais

Colégio de S. Jerónimo

Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

**Coordenação da publicação**

Paula Sequeiros, Teresa Cunha

E-mail: [oficina@ces.uc.pt](mailto:oficina@ces.uc.pt)

## Estudos Feministas: disciplina, campo ou método?\*

**Resumo:** Este ensaio resulta de uma comunicação apresentada na oficina “Abordagem auto-etnográfica à investigação e escrita” e procura reflectir sobre o processo da escrita de uma tese de doutoramento em Estudos Feministas. Parte, para tal, de uma velha discussão: os estudos feministas são uma disciplina, um campo ou um método? Ainda que teimosamente inútil, esta pergunta permite-me explorar não só alguns dos pressupostos e das implicações epistemológicas de cada uma das premissas, como o lugar e o sentido da minha tese.

**Palavras-chave:** estudos feministas, escrita, tese de doutoramento, assédio.

Começo por um breve preâmbulo: quando a professora Adriana Bebiano me convidou para participar nesta oficina para falar sobre o processo da escrita da tese de doutoramento, sublinhando o propósito pedagógico do exercício, fiquei bastante atrapalhada. Para ajudar, a professora Adriana escreveu um guião de orientação para a oficina: os tópicos e as questões que lá enunciava eram, em si, um bom ponto de partida para escrever uma nova tese. Não perderei muito tempo com esta introdução preambular, para não se tornar uma meta-apresentação, mas queria dizer-vos que não foi fácil organizar esta apresentação inicial – e que é possível que haja uma certa descoincidência entre o que me foi proposto e aquilo que de alguma forma vos venho aqui propor. *To make a long story short*: seja para este caso, seja para escrita de uma tese, a ideia é começar pelo princípio. Sendo que a definição do que é o princípio é já um longo processo de reflexão e de concretização. Poderá até corresponder, no método sociológico clássico, à primeira etapa da investigação: a etapa da ruptura. Mas lá chegaremos.

---

\* Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Contacto: [anaoliveira@ces.uc.pt](mailto:anaoliveira@ces.uc.pt)  
Por minha vontade, este artigo não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

\*\* Este texto é uma versão alinhavada da comunicação apresentada na oficina “Abordagem auto-etnográfica à investigação e escrita em Estudos Feministas”, que teve lugar a 5 de Dezembro de 2022, no âmbito do programa de doutoramento em Estudos Feministas da Universidade de Coimbra, e deve ser lido como tal. O objectivo da oficina era partilhar experiências, dilemas e soluções encontradas com pessoas que estariam ainda a escrever a sua tese de doutoramento, ou a iniciar o processo de investigação e escrita.

A minha tese de doutoramento foi desenvolvida e apresentada no programa de doutoramento em Estudos Feministas e, muitas vezes, durante a escrita e desde então, tenho sido confrontada com a necessidade de a situar, de a contextualizar – isto é, de a integrar num contexto, de estabelecer o contexto, e de a interpretar tendo em conta esse e outros contextos–, e, o pior de tudo, tenho sido confrontada com a necessidade de a resumir e de resumir tudo isto (“tudo isto” refere-se, grosso modo, ao lugar e ao sentido dessa tese). A capacidade de síntese não é uma qualidade que me caracterize – e teimosamente é uma dimensão a que resisto. Enfim, após uma ampla e longa reflexão sobre o que esta tese é ou sobre aquilo que não é, ou que não chega a ser, ou o que até, vejo agora, acaba por ser, diria que é uma tese que parte do campo e do cânone das teorias feministas para fazer uma análise de matriz sociológica ao fenómeno jurídico do assédio.

Não é suposto que eu aqui resuma a tese<sup>1</sup> ou o argumento – não o farei –, mas entender o lugar da tese e da escrita do texto parece-me muito revelador e relevante para o tema que aqui nos traz. E é precisamente a partir dessa ideia que irei estruturar a minha apresentação.

Uma primeira nota que quero fazer trata uma velha discussão e parte da seguinte questão: os estudos feministas são uma disciplina, um campo ou um método? As respostas possíveis a esta pergunta poderão ser exploradas no debate, se assim o entenderem, mas o que aqui me interessa sublinhar são os pressupostos e as implicações epistemológicas de cada uma destas premissas.

Primeira premissa: pensemos em disciplina como uma forma ordenada e metódica de estudar um ramo do conhecimento ou de estudar a forma de abordar a explicação de determinados fenómenos, ou enquanto área do conhecimento que é objecto de estudo ou de ensino académico. Neste sentido, pode dizer-se que uma disciplina – acompanhando de perto o texto basilar de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto (1975) – corresponde, antes de mais, a um conjunto estruturado de questões que se designa por “problemática teórica”. É essa problemática teórica disciplinar que delimita um espaço de visibilidade definidor das condições de surgimento dos problemas no percurso dessa disciplina. Dito de outra forma, as contradições ou anomalias que requerem novos conceitos para delas dar conta, ou que propiciam o trabalho de construção de novos objectos de conhecimento, só surgem, só conseguem surgir, dentro desse campo de visibilidade que a problemática teórica institui. A problemática teórica constitui sempre

---

<sup>1</sup> Esta tese foi publicada em 2022 pela Imprensa de História Contemporânea e encontra-se em acesso aberto no seguinte endereço do Estudo Geral: <http://hdl.handle.net/10316/103856> (última consulta a 15.05.2023).

o pressuposto do surgimento dos problemas, o que permite afirmar e reafirmar a prioridade das perguntas sobre as respostas. Daí ser frequente a referência a perguntas que se tornaram canónicas e para as quais não é raro não se conhecerem as respostas. “Pode [na versão portuguesa] a *subalterna* falar [ou melhor, ‘tomar a palavra’]?” é apenas um exemplo. Também a pertinência da pergunta com a qual introduzi esta nota é alheia à pertinência das respostas possíveis que tenha para oferecer – a meu ver, claro está.

Portanto, perante uma problemática teórica (no caso deste auditório, os estudos feministas são essa problemática), impõe-se que se definam problemas – problemas que envolvam enigmas que carecem de ser explicados, e não experiências que devam ser defendidas ou criticadas. Impõe-se que se ensaiem perguntas sobre e para esses problemas.

No meu caso, a problemática teórica de que parti está já mais ou menos estabilizada em torno das teorias feministas do direito. O problema que eu queria estudar era o assédio e a pergunta de que parti foi a seguinte: o que e como estão os tribunais a julgar quando é convocada a categoria assédio?

Ao longo da pesquisa comecei a encarar a minha investigação não como um processo de identificação de questões a serem resolvidas (menos ainda como um processo de denúncia), mas como uma oportunidade para explorar novos e melhores problemas do que aquele do qual eu partira. É então que eu formulo as seguintes perguntas: quando e como é que o assédio surge como um problema nas teorias feministas do direito? Quando e como é que o assédio surge como um problema nos quadros normativos portugueses?

E assim, do que não chegou a ser ao que acabou por ser, esta é uma tese sobre a fabricação normativa do assédio, sobre os seus efeitos de poder e sobre os seus efeitos de verdade.

Segunda premissa: pensemos os estudos feministas como um campo, entendendo o campo, como proposto por Pierre Bourdieu, como um espaço simbólico, onde se estabelece a classificação de signos e no qual as lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações. No texto “Campo intelectual e projecto criador”, incluído na obra *Campo de poder, campo intelectual*, Pierre Bourdieu usa Proust como epígrafe (uma passagem da sua obra *Sodoma e Gomorra*). Diz assim: “As teorias e as escolas, como os micróbios e os glóbulos, devoram-se entre si e com a sua luta asseguram a continuidade da vida” (Proust *apud* Bourdieu, 2002: 9).

Há aqui dois entendimentos convergentes que me parecem particularmente produtivos. O primeiro, a partir desta noção de campo, é o entendimento de que a

existência e a manutenção de qualquer campo dependem da presença de agentes dispostos a investir nas suas lutas; ou seja, cada campo funda-se sobre um tipo específico de interesse ou investimento que o próprio campo contribui para gerar. Esse interesse ou investimento, que Pierre Bourdieu designa por “illusio”, é particular e específico a cada campo, e frequentemente surge como incompreensível a agentes de outros campos.

Um exemplo frequente para explicar a emergência de uma pluralidade de campos que caminha a par e passo com o surgimento de uma multiplicidade de formas correlatas de “illusio” (ou seja, de interesses e investimentos) é o encontro entre – sei lá – uma professora de teoria da literatura e uma engenheira, ou uma analista financeira: a professora de teoria da literatura entenderá que a engenheira é incapaz de formular abstrações estéticas, ou que é porventura ignorante; a engenheira verá a professora como uma pedante, cujos jogos de palavras não possuem qualquer utilidade no *mundo real*. Outros exemplos entre nós: a tradução pelo professor António Sousa Ribeiro de “subaltern” como “subalterna”, no agora *Pode a subalterna tomar a palavra?* de Gayatri Spivak; ou do *Gender Trouble* de Judith Butler que passa em português de Portugal a *Problemas de género*, na tradução de Nuno Quintas, com prefácio e revisão científica de João Manuel Oliveira. Coisas que tal como o Caetano *me ponen los pelos de punta*<sup>2</sup> e que às pessoas fora do campo serão totalmente inócuas, inúteis até. E, portanto, o interesse e investimento que também eu faço nestas pequenas disputas simultaneamente contribuem para a existência do campo (ou seja, são úteis ao campo), e também só existem e só adquirem esse significado pela existência de um campo (ou seja, são um sintoma da existência do campo). Isto leva-me ao segundo entendimento, desta vez a partir do trabalho de Michel Foucault.

No livro *A verdade e as formas jurídicas*, Michel Foucault, que procurava perceber como se puderam formar domínios de saber a partir de práticas sociais, argumenta que é nas relações de luta e de poder que se compreende a fabricação do conhecimento, a sua consistência, os modos como os sujeitos “entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder” (Foucault, 2002: 23). O ódio, num sentido estético-literário-político e não literal, é a força motriz da argumentação, ainda que o ódio tenha tão má fama. E por ódio compreendam a irritação, o abespinhamento, a exasperação. No meu caso, a tese (como referi antes) parte do campo e do cânone das teorias feministas do direito: eram esses os textos a que estava a

---

<sup>2</sup> Referência ao diálogo da personagem Marco Zuluaga depois de assistir à performance de Caetano Veloso no filme *Hable con ella*, de Pedro Almodóvar.

responder, eram essas as interlocutoras do longo monólogo que foi a escrita da tese, e ao analisar o fenómeno jurídico procurava confrontar as perspectivas feministas e demonstrar os vícios e as implicações dos seus pressupostos. Portanto – e este será talvez o único conselho que me atreverei a fazer: procurem os vossos ódios teóricos, procurem as fontes das vossas irritações, e respondam-lhes, o melhor que conseguirem.

Este “o melhor que conseguirem” leva-me ao método – terceira e última premissa da tal discussão que atrás enunciei. Pensemos em método enquanto conjunto das regras dos procedimentos e das técnicas de recolha de dados que produzem conhecimento – diferente da metodologia, a qual corresponderá à teoria e análise de como a investigação deve proceder.

A este propósito, Lígia Amâncio (2003), uma académica portuguesa com um vasto currículo nestas matérias, é uma das autoras que, entre nós, há muito tempo defende que o feminismo é um projecto e um método (e uma ética também, mas não tratarei tal questão aqui). Já Sandra Harding, conhecida filósofa pelos trabalhos sobre epistemologia e história da ciência, pelo contrário, critica e rejeita em diferentes textos a ideia de um método feminista de investigação distintivo; aliás, Sandra Harding explora e procura expor a ilusão – repetida frequentemente – de fazer corresponder o método feminista ao engenho de adicionar as mulheres à análise. O ponto da autora é que a investigação feminista se caracteriza por desenvolver uma análise crítica dos pressupostos epistemológicos e dos princípios e procedimentos metodológicos da *ciência tradicional*, fá-lo no entanto recorrendo a métodos e a metodologias que se encontram em outras investigações, logo não são distintivas (Harding, 1987). E eu tendo a concordar com a autora.

O meu modelo de análise, por defeito de formação, inspirou-se no método sociológico e combinou técnicas de investigação sociológicas. Daí a afirmação de se tratar de uma análise de matriz sociológica. Não será, porém, nem uma análise puramente sociológica nem as técnicas a que recorri distintivamente sociológicas – menos ainda distintivas da área dos estudos feministas. O que não significa que seja indiferente ou que tivesse sido indiferente o lugar (isto é, a problemática teórica ou campo) a partir do qual eu escrevi essa tese; precisamente pela função de comando da teoria.

A função de comando da teoria (e recupero, neste e nos parágrafos que se seguem, o texto de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, 1975) implica que o processo de pesquisa seja unitário e integrado, e que a teoria domine e determine o significado e a articulação dos diversos *momentos* da pesquisa. Todas as fases e as operações desse



processo referenciam-se necessariamente a conteúdos e a correntes teóricas que lhes conferem sentido (a essas fases e operações), que as articulam e que delimitam as suas potencialidades explicativas. Desta forma, falar sobre condições teóricas e condições sociais da produção académico-científica, sobre prática académico-científica, sobre o papel de comando da teoria, ou sobre os problemas relacionados com os conhecimentos constitutivos das diversas formações científicas disciplinares do campo das ciências sociais e humanas é uma forma de reflectir sobre as condições da análise, sobre as suas formas e momentos, sobre as determinações e articulações dos processos de produção de conhecimentos. Por outras palavras, é falar sobre epistemologia.

A este propósito, deixo apenas duas brevíssimas notas, que não trazem nada de novo, mas que poderão funcionar como uma chamada de atenção. A primeira é que não há observação sem categorização do observado e, portanto, sem referência a elementos (prévios, embora reformuláveis) de natureza ideológica e teórica. Os dados são *captados*, ou seja, não são a realidade (e o que é a realidade *são outros quinhentos*) nem o seu registo passivo; pelo contrário, os tais dados captados transportam e impõem significações e constituem resultados ou pontos de partida da prática académico-científica. A chamada de atenção é para a persistente confusão entre dados recolhidos – efeito da teoria – e factos da realidade, ou seja, entre a história que se pretende contar, e com a qual se pretende lutar com alguém, e os eventos ou fenómenos que pretendemos descrever. Sobre a necessidade de categorização e sobre as categorias, pego num texto sobre contos de fadas da professora Adriana Bebiano (2013: 146), que passo a citar: “sabendo que as categorias são provisórias, instáveis e (eventualmente) posteriores à escrita, não deixam de ser úteis para a reflexão sobre as formas de reconfiguração do real que os textos podem ter, bem como o seu poder para, por seu lado, reconfigurar realidades”.

E os contos de fadas são aqui o gancho ideal para passar à segunda nota – barra – chamada de atenção: a reprodução sistemática de objectos de estudo ou de temas indicados pela prática administrativa e governamental leva frequentemente à confusão entre problemas *sociais* e problemas *científicos*. Esta sujeição da investigação à orientação programática reduz a teoria a uma simples decorrência por inferência da depuração-ordenação dos dados previamente coleccionados, ou seja, a teoria passa a ser entendida como posterior e exterior aos *dados* e a eles subordinada. No entanto, cabe à teoria (em sentido restrito) o accionamento dos métodos e das técnicas disponíveis com vista a captar o *real*. E cabe-nos a nós manter especial atenção e particular suspeição

relativamente à postura científica de aproximação ao conhecimento da realidade, isto é, à sua produção como conhecimento e como realidade.

Estou prestes a terminar, mas antes queria pegar em duas das perguntas orientadoras desta oficina: “como pode a escrita funcionar enquanto método de investigação?” e “há formas de escrita transversais às disciplinas?” A meu ver, a escrita académica é já uma escrita disciplinada, que precisamente nessa condição se pode prestar a ser indisciplinada, indisciplinadamente disciplinar e disciplinadamente indisciplinar. Talvez uma das razões que me fez optar pelo doutoramento em Estudos Feministas e possivelmente o que de melhor daqui levo, além das fadas e das piratas (espero que tenham ouvido falar sobre elas), é poder responder eficazmente com poesia. Neste caso tomando emprestado um poema-ensaio de Ana Hatherly (1998: 8):

Escrevo para compreender  
para apreender:  
a escrita é o que me revela  
                                  um mundo  
                                  o mundo

São várias as autoras que se referem à escrita como epifania, como revelação (Maria Isabel Barreno, Virginia Woolf, entre outras). Além de ser um acto de criação, de criação de sentido, de organização e de escalas de sentido, a escrita, o exercício de escrever, revelou-me o aprisionamento do mundo e do sentido nas palavras, a plasticidade do mundo e do sentido pelas palavras; e foi durante o longo e tantas vezes profundamente doloroso momento da escrita, ao perceber as palavras como icebergs, que procurei as suas raízes submersas, a sua história, a sua *memória homeopática*. De tal forma que em larga medida essa passou a ser a história que eu procurei contar: a história das palavras, das palavras de assédio, de assédio sexual, de assédio moral.

Como referiu o professor Osvaldo Silvestre (2022), numa apresentação de um livro que era a publicação de uma tese de doutoramento, “todo o autor é por definição uma alma delicada” (e assim sintetizo a minha opinião sobre a relação e o diálogo que deve existir entre orientandas e orientadoras). As autoras aqui sois vós.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Refiro-me aqui às alunas que estavam a assistir à oficina “Abordagem auto-etnográfica à investigação e escrita em Estudos Feministas”.

Por fim, partilho convosco, adaptando e expandindo, a forma perspicaz e, a meu ver, tão certa como o professor Osvaldo descreveu, nessa mesma apresentação, o modo como uma obsessão pode comandar e ordenar a nossa relação com o mundo. Dizia o professor Osvaldo (dizia mais ou menos isto, porque de facto eu ajustei alguns dos exemplos): quem fez uma tese sabe bem do que estou a falar: vê-se um filme no cinema, e ele tem a ver com a tese; lê-se um artigo no jornal, e ele tem a ver com a tese; ouve-se uma música na rádio, e ela tem a ver com a tese; vê-se um jogo de futebol na TV, e ele tem a ver com a tese; “come-se iscas de cebolada e elas têm a ver com a tese; e compra-se uma t-shirt com a cara da Nicki Minaj porque ela tem a ver com a tese” (Silvestre, 2022). É certo que em qualquer um destes casos poderia realmente ter a ver com a tese, pelo menos com a minha podia. Ainda assim, a ideia da obsessão, que é radicalmente individual mas também genericamente universal, continua a parecer-me consoladora; e produtiva – é tantas vezes condição para a sistematicidade.

### Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de; Pinto, José Madureira (1975), “Teoria e investigação empírica nas ciências sociais”, *Análise Social*, 11(42/43), 365-445. Consultado a 15.05.2023, em <https://www.jstor.org/stable/41008187>.
- Amâncio, Lígia (2003), “O feminismo é um projecto mas também um método...”, *Notícias da Amadora*, 20 de março. Consultado a 15.05.2023, em <https://www.esquerda.net/dossier/o-feminismo-e-um-projecto-mas-tambem-um-metodo/17907>.
- Bebiano, Adriana (2013), “Para uma pedagogia política e lúdica: reescritas de contos de fadas”, in Ana R. Luís (org.), *O cruzamento de saberes na aula de inglês: contributos para uma prática multidisciplinar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 145-175.
- Bourdieu Pierre (2002), “Campo intelectual y proyecto creador”, *Campo de Poder, Campo Intelectual. Itinerario de un concepto*. Buenos Aires: Montessor Jungla Simbólica. Tradução de Alberto de Ezcurdia [1.ª ed. 1966].
- Foucault, Michel (2002), *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais [3.ª ed.; 1.ª ed. 1974].

Harding, Sandra (1987), “Introduction: Is There a Feminist Method?”, *in* Sandra Harding (org.), *Feminism and Methodology. Social Sciences Issues*. Bloomington: Indiana University Press, 1-14.

Hatherly, Ana (1998), *A idade da escrita*. Lisboa: Edições Tema.

Silvestre, Osvaldo (2022), “Falar mau inglês a bem da paz perpétua”. Comunicação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 18 de maio. Consultado a 15.05.2023, em <https://www.osvaldomanuelsilvestre.com/2022/05/22/falar-mau-ingles-a-bem-da-paz-perpetua/#more-3332>.